

# SNI exigiu dispensa de vistoria

**Brasília** — A maior prova de tolerância pela falta do documento de **habite-se** — no Distrito Federal, surgiu quando o Serviço Nacional de Informações solicitou sem apresentar o projeto e sem que houvesse vistoria das instalações, alegando que o prédio é área de segurança nacional.

O pedido foi rejeitado pelas Câmaras de Arquitetura e Urbanismo do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Distrito Federal (CAU). Na época, o secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, chegou a afirmar que a concessão “seria como dar um atestado de óbito sem ter visto o defunto”.

Segundo ele, o CAU não poderia aprovar o documento sem atestar as plenas condições de habitação do imóvel, mas o tempo passou e a tolerância prevaleceu. Um acordo entre

o secretário Carlos Magalhães e o SNI permitiu ao Governo do Distrito Federal inspecionar apenas as instalações do órgão que não comprometessem a segurança nacional. Os palácios do Planalto e da Alvorada — local de trabalho e de residência do Presidente da República — só receberam **habite-se**, em 1984, 24 anos depois de terem sido construídos.

O governo federal já parece dar mostras de interesse pelo problema: o novo Ministério da Cultura, conforme explicou o responsável pela obra, o arquiteto Antônio Carlos, não terá qualquer tipo de problema quanto ao **habite-se**. Além de cumprir todas as exigências, o prédio apresentará uma novidade: vai utilizar um elevador panorâmico, como emergência contra incêndio, anexado a uma escada externa, também de emergência. Todos os materiais utilizados no elevador e na escada serão incombustíveis.